



Programa de auto-avaliação da UFPA



**minha
opinião**
Programa de auto-avaliação institucional





minha
opinião
Programa de auto-avaliação institucional

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor

Horácio Schneider

Chefe de Gabinete

Maria Lúcia Langbeck Ohana

Pró-Reitor de Administração

Edson Ortiz de Matos

Pró-Reitora de Ensino de Graduação e Administração Acadêmica

Marlene Rodrigues Medeiros Freitas

Pró-Reitor de Extensão

Fernando Arthur de Freitas Neves

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

João Cauby de Almeida Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Erick Nelo Pedreira

Pró-Reitor de Relações Internacionais

Flávio Augusto Sidrim Nassar

Prefeito do Campus de Belém

Alemar Dias Rodrigues Junior

Procuradora Geral

Maria Cristina Cezar de Oliveira

Diretor Executivo da FADESP

João Farias Guerreiro



minha
opiniã

Programa de auto-avaliação institucional

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA/UFPA

I. Representação Docente:

1. Fórum de Graduação:

Réia Sílvia Lemos da Costa e Silva Gomes
Midori Makino

2. Fórum de Pesquisa

Rommel Mário Rodrigues Burbano
Eugênio Pacelli Leal Bittencourt

3. Fórum de Extensão

Francisco Rodrigues de Freitas
Adriana Clairefont Melo Couceiro

4. Diretores de Instituto do Campus Belém

Scarleth Yone O'hara
Erick Nelo Pedreira

5. Coordenadores dos Campi do Interior

Adriano Sales dos Santos Silva
Pedro Andrés Chira Olive

I. Representação dos Técnico-Administrativos

1. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Raquel Trindade Borges
Carlos Max Miranda de Andrade
Maria do Socorro Coutinho Martins

2. Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

Cleide Raiol Nascimento
Maria Vilma Cunha de Figueiredo

3. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação

Conceição Pereira Duarte
Maria das Graças da Silva Pena

I. Representação dos Discentes

1. Graduação

Zaraia Guará Ferreira (Serviço Social)
Tailson Furtado Silva (Geografia)
Julieta Cristina de Andrade Jatahy (Letras Estrangeiras Modernas)
Daniel Miranda (Administração)
Willa da Silva dos Prazeres (Turismo)

2. Pós-Graduação

Claúdia Daniele Tavares Dutra
Márcio Augusto da Crus Almeida
Cáritas Lopes de Souza

I. Representação da Sociedade Civil

1. APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Luiz Augusto Machado dos Santos
Emanuel Ó de Almeida Filho

2. SESI - Serviço Social da Indústria:

José Olímpio Bastos
Demorvan Jaime Tomedi

APRESENTAÇÃO

O propósito da CPA-UFPA é tornar a prática da avaliação institucional uma ação norteadora na tomada de decisões, gerando reflexão permanente das ações na Universidade. Pretende-se, assim, fortalecer as relações da Universidade com a comunidade interna e com a sociedade civil, enfatizando que o propósito da auto-avaliação na UFPA tem caráter globalizante – porque envolve: institutos, faculdades, núcleos e a comunidade que pode e deve utilizar os benefícios que a UFPA gera, a partir dos seus cursos e de todas as outras atividades universitárias – e interativo, vez que o processo e sua síntese deverão promover a integração das leituras e das atividades institucionais, entendidas como partes que se interagem.

O Programa de Auto-Avaliação 'Minha Opinião' , enquanto instrumento de auto-conhecimento, tentará traduzir muitas de nossas certezas, incertezas, conquistas, erros, tentativas e acertos. A tentativa se pauta no fato de que não é tarefa fácil o trabalho de avaliar a maior universidade do trópico úmido. Multi-campi. Multi-faces. Multi-talentos. Multi-conhecimento. Multi-diversidade.

Em suma, nosso desejo é implantar definitivamente, uma *cultura* de auto-avaliação, com a qual, todo e qualquer crescimento seja resultante das ações dessa cultura.

Prof. Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Reitor da UFPA



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	6
1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2 CARACTERIZAÇÃO DA UFPA	Erro! Indicador não definido.
3 JUSTIFICATIVA.....	10
4 OBJETIVOS.....	12
5 DIRETRIZES	13
6 METODOLOGIA	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
A P Ê N D I C E S	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE A — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação do Ensino de Graduação.....	24
APÊNDICE B — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação do Ensino de Pós-Graduação.....	26
APÊNDICE C — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação da Pesquisa.....	29
APÊNDICE D — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação da Extensão.....	32
APÊNDICE E — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação da Gestão.....	35
A N E X O S	Erro! Indicador não definido.
ANEXO A — Parecer do INEP à Proposta de Auto-Avaliação da UFPA	40
ANEXO B — Dimensões da Auto-Avaliação.....	42

LISTA DE SIGLAS

ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
AVALI	Programa de Auto-Avaliação da UFPA
AVALIES	Avaliação das Instituições de Educação Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CIAC	Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSEP	Conselho Superior de Ensino e Pesquisa
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DAC	Departamento de Apoio Didático-Científico
DEAVI	Departamento de Avaliação Institucional
ENADE	Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
IC	Iniciação Científica
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PAIUB	Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROEG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP	Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
PROPESP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
SAAD	Sistema de Acompanhamento das Atividades Docentes
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIE	Sistema de Informações para o Ensino
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISCA	Sistema de Controle Acadêmico
UFPA	Universidade Federal do Pará

1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento à determinação da lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, a Universidade Federal do Pará constituiu sua primeira Comissão Própria de Avaliação — CPA por meio da portaria nº 2.098/2004 de 11 de junho de 2004. Dentre outras, a esta Comissão foi designada a responsabilidade de elaborar a Proposta de Auto-Avaliação da UFPA, que foi encaminhada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP em 31 de março de 2005. Em resposta recebeu Parecer de Tipo 3 (ANEXO A) fundamentado em uma matriz de análise.

Em abril de 2006, a Administração Superior da UFPA iniciou um processo de reestruturação e ampliação de suas ações de avaliação, e criou o Departamento de Avaliação Institucional, unidade vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

O Departamento de Avaliação Institucional redesenhou a proposta de avaliação encaminhada ao INEP, adequando-a às orientações sugeridas e transformando-a no Programa de Auto-Avaliação da UFPA (AVALIA).

A segunda CPA da UFPA foi constituída em 29 de maio de 2007, por meio da Portaria nº 1717 de 29 de maio de 2007, e instalada em 04 de junho de 2007, com a atribuição, dentre outras, de coordenar os processos de avaliação interna da Universidade Federal do Pará na forma da legislação vigente. A Comissão definiu como sua primeira atividade a análise do Programa de Auto-Avaliação da UFPA para o necessário detalhamento da metodologia do Programa de Avaliação Interna da Universidade Federal do Pará.

Esta é a última versão do Programa de Auto-avaliação da UFPA. Nela estão descritos os objetivos, as diretrizes e a metodologia propostos para a condução do que se denomina **Segundo Ciclo Avaliativo da UFPA a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**.

2 CARACTERIZAÇÃO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará — UFPA, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957 é, hoje, a maior instituição de ensino e pesquisa de todo o Norte do Brasil. É uma instituição pública de ensino superior, organizada sob a forma de autarquia especial, mantida pela União. Caracteriza-se como Universidade *multicampi*, regulamentada por meio da Resolução nº 3.211, de 03 de novembro de 2004 — CONSEP, que reconhece formal e legalmente a dinâmica acadêmica da UFPA, caracterizada por sua presença permanente e crescente em vários municípios e regiões do interior do Estado e que tem como missão:

gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular do amazônida, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, por sua vez sustentados em princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa (PLANO DE DESENVOLVIMENTO 2001 — 2010. UFPA, 2003, p.25).

A Visão Estratégica da UFPA é

tornar-se referência local, regional, nacional e internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como instituição multicampi e firmando-se como suporte de excelência para as demandas sócio-políticas de uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa (PLANO DE DESENVOLVIMENTO 2001 — 2010. UFPA, 2003, p.29).

A Universidade Federal do Pará está constituída de **12** institutos de formação acadêmica e de produção de conhecimento; **5** núcleos de produção e integração de conhecimento; **1** escola de aplicação; **10** unidades regionais (*campi*), sendo uma na capital e nove no interior do Estado; **2** hospitais universitários; **36** bibliotecas universitárias, sendo 1 biblioteca central e 35 setoriais localizadas na capital e nas demais unidades regionais e **1** Centro de Capacitação.

A Instituição abriga um contingente de **40.224** pessoas, distribuídas entre docentes, técnico-administrativos e alunos da graduação, da pós-graduação, da educação infantil, dos ensinos fundamental e médio, da escola de teatro e dança e dos cursos livres (Alemão, Espanhol, Francês e Inglês), conforme demonstra o seu Anuário Estatístico 2007 — Ano Base 2006. No Sistema de Integração para o Ensino — SIE estão cadastrados **368** cursos de graduação (regulares, intervalares e de contrato), dos quais, alguns estão em processo de extinção, não ofertando mais vagas nos processos seletivos da UFPA. A Universidade oferece **41** programas de pós-graduação,

responsáveis pela oferta de **58** cursos *stricto sensu* — sendo 18 de doutorado, 38 de mestrado acadêmico, e 2 de mestrado profissional — e de **86** cursos *lato sensu* (especialização).

O Plano de Desenvolvimento 2001—2010 da UFPA, elaborado dentro dos princípios da Administração Pública, fundamenta-se na aplicação da administração estratégica e está pautado nos princípios básicos definidos para a atual gestão, contemplando:

- ⇒ defesa do ensino público, gratuito e de qualidade;
- ⇒ autonomia universitária;
- ⇒ gestão democrática;
- ⇒ indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- ⇒ busca da excelência acadêmica;
- ⇒ desenvolvimento sustentável;
- ⇒ compromisso social e o fortalecimento das parcerias e do diálogo com a sociedade.

No Plano de Desenvolvimento encontram-se delineados sete *Eixos Estruturantes*, vinte *Metas*, cinquenta *Estratégias* e duzentos e vinte e sete *Linhas de Ação*. Uma dessas metas é a implantação de um **Processo Permanente de Avaliação Institucional** que integra o Eixo Estruturante *Modernização da Gestão*, em que está prevista a criação e a consolidação de uma Secretaria de Avaliação Institucional “com a adoção do controle por resultados e a disponibilização de informações institucionais, como forma de imprimir transparência aos atos dos gestores” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO 2001—2010. UFPA, 2003, p.124).

Nesse contexto, espera-se potencializar e desenvolver a instituição por meio de processo permanente e contínuo de avaliação do seu desempenho acadêmico e administrativo, de modo a facilitar e viabilizar uma atuação qualificada e socialmente relevante em favor da Região.

3 JUSTIFICATIVA

O processo de avaliação do ensino superior no Brasil surgiu com a Reforma Universitária — Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Desde então, mudanças significativas têm sido observadas. Já estão estruturados processos de avaliação em quase todos os níveis, como o de desempenho do sistema de educação básica, por meio do SAEB; o de conclusão do ensino médio, tendo em vista introduzir um exame nacional que substitua o vestibular para ingresso no ensino superior, por meio do ENEM; e o institucional e de desempenho do ensino superior, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES.

Criado em 2004 pela Lei nº 10.861 e coordenado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior — CONAES, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é composto da Avaliação dos Cursos de Graduação — ACG, do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes — ENADE e da Avaliação das Instituições de Educação Superior — AVALIES, esta realizada de duas formas: auto-avaliação e avaliação externa.

O SINAES tem por finalidade:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2004).

Na Universidade Federal do Pará, as ações voltadas à avaliação interna antecedem o SINAES, visto que, em 1995, a Instituição vinculou-se ao PAIUB por meio de Projeto de Avaliação Institucional, com o objetivo geral de:

rever e analisar criticamente as condições como se processa o seu Projeto Pedagógico relativo ao ensino, bem como a pesquisa, a extensão e a gestão acadêmica, em função da identificação das necessidades da comunidade acadêmica, visando proporcionar, em consequência, a definição de metas e ações capazes de aprimorar o seu desempenho (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1995).

Naquela ocasião, a UFPA desencadeou seu processo de avaliação institucional nos *Campi* Universitários de Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá e Santarém por meio de entrevistas e de aplicação de formulários. Algumas unidades não estavam sintonizadas com o objetivo da proposta, surgindo em alguns Centros e Núcleos movimentos contrários à execução do projeto de uma pesquisa institucional direcionada à avaliação, que era entendida como unilateral e punitiva. Seus opositores alegavam que as finalidades da pesquisa não estavam

suficientemente esclarecidas. Os resultados desse trabalho foram registrados sob a forma de relatórios, em um livro (COSTA, 1997) e em Anais (WORKSHOP DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES DO NORDESTE E NORTE, 1997).

Em 1999 surgiu o Projeto de Avaliação de Disciplinas, com o objetivo de dar visibilidade à real situação do ensino de graduação. Foram aplicados questionários de avaliação a docentes e discentes, que abordavam questões referentes à qualidade do ensino, às disciplinas, à organização dos cursos e ao relacionamento interpessoal em sala de aula e com o corpo técnico-administrativo dos cursos. O projeto previa a criação de um banco de dados para dar suporte às decisões administrativas. O banco não foi operacionalizado. Os dados foram encaminhados aos Centros, mas, por falta de sistematização e acompanhamento, o projeto foi cancelado.

Atualmente a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação — PROEG, através do Departamento de Apoio Didático-Científico — DAC, está estimulando e assessorando os cursos de graduação a promoverem a sua avaliação interna. Implantado em 2003, esse projeto, denominado *Avaliação e Acompanhamento dos Cursos de Graduação da UFPA*, foi elaborado por uma Comissão constituída por profissionais de diferentes áreas, que sistematizaram procedimentos prevendo a avaliação semestral do desempenho de docentes e discentes, a avaliação anual de técnicos e gestores e a avaliação bianual da infra-estrutura dos cursos. A coleta de dados — realizada por meio de questionários e entrevistas —, a análise dos resultados, a sua divulgação e as providências para a solução dos problemas revelados na pesquisa são procedimentos efetuados pelos Colegiados dos Cursos, que sistematizam em relatórios internos às unidades didático-científicas às quais o curso se vincula. Cabe à Comissão de Avaliação da PROEG a elaboração do relatório anual e a divulgação dos resultados no âmbito da instituição, destacando as ações administrativas e técnicas implementadas para resolver os problemas apontados pela avaliação.

No momento em que a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, como órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, estabelece as diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, torna-se necessário que a Universidade Federal do Pará integre seu Projeto de Avaliação de modo a permitir ações pró-ativas que viabilizem esse processo e que superem as exigências legais, ou seja, que as ações de avaliação, a serem realizadas na UFPA, não sejam entendidas apenas como cumprimento às determinações da Lei nº 10.861, mas, sim, como um processo contínuo e permanente, aceito e assimilado culturalmente pela comunidade acadêmica. Neste sentido, faz-se necessário descobrir e desenvolver procedimentos que envolvam e comprometam os servidores com a missão da instituição, minimizando os equívocos dos tradicionais métodos de avaliação e corrigindo os erros praticados nas experiências anteriores. É dentro dessa perspectiva que se coloca a presente Proposta de Avaliação Institucional.

4 OBJETIVOS

- ⇒ Analisar a eficiência, a eficácia e a relevância científica e social dos programas e projetos da Universidade Federal do Pará;
- ⇒ contribuir para a construção de uma cultura de avaliação que possibilite permanente atitude de tomada de consciência sobre a missão e as finalidades acadêmica e social da Universidade Federal do Pará;
- ⇒ estimular a implantação do processo permanente de uma política de avaliação institucional na UFPA;
- ⇒ fornecer subsídios para a tomada de decisões que favoreçam o desenvolvimento institucional;
- ⇒ propor ações que visem melhorar o desempenho, maximizar os recursos e aumentar o grau de satisfação da comunidade acadêmica e da sociedade.

5 DIRETRIZES

Conforme apresentadas anteriormente, as iniciativas de avaliação institucional na Universidade Federal do Pará não são de hoje. As experiências já desenvolvidas permitem identificar as principais dificuldades e os desafios para a sua consolidação, que se situam principalmente no nível das condições para a sua operacionalização, na sensibilização e na adesão da comunidade acadêmica.

A adequada implantação de uma política de avaliação institucional na UFPA, a implantação e implementação de um processo permanente de avaliação voltado para a instituição como um todo e a obtenção de resultados satisfatórios pressupõem alguns requisitos básicos, a saber:

- ⇒ compromisso explícito por parte dos dirigentes;
- ⇒ envolvimento direto e coletivo da comunidade acadêmica nos diferentes momentos do processo de avaliação;
- ⇒ existência de uma equipe de coordenação;
- ⇒ informações válidas e confiáveis;
- ⇒ participação de membros da comunidade externa;
- ⇒ uso efetivo dos resultados.

Implantar uma política de avaliação institucional não é tarefa simples. O esforço neste sentido será recompensado pela construção de um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão institucional e de prestação de contas à sociedade. Esses procedimentos serão concretizados mediante a articulação entre as atividades-meio e as atividades-fim e tendo por base os princípios estratégicos aqui propostos:

- ⇒ **Democracia e participação:** a natureza democrática e participativa da avaliação é fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema de avaliação institucional e esta participação deve ser exercida por todos os atores envolvidos. A proposta é garantir uma auto-avaliação participativa, dinâmica e ativa.
- ⇒ **Globalidade:** as experiências anteriores reportam somente à avaliação do ensino da graduação. A proposta atual é de avaliar a Universidade como um todo e não em partes fragmentadas, o que permitirá uma visão geral e abrangente da UFPA. Neste caso, a avaliação far-se-á em todas as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, da gestão, compreendendo docentes, técnico-administrativos, alunos, todos os atores e todas as atividades desenvolvidas pela UFPA.
- ⇒ **Gradualidade:** a avaliação interna na UFPA não se reduzirá ao simples levantamento de dados, à sua análise e à produção de um relatório final. A proposta é de construção de um processo gradual, permanente e sistemático, capaz de mensurar a relação entre o

Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento da UFPA e a sua prática, e de garantir, outrossim, a qualidade de suas atividades visando a uma melhor eficiência das ações futuras da instituição.

- ⇒ **Legitimidade:** a avaliação institucional na UFPA deve revestir-se de elevado grau de seriedade e correção, utilizando critérios avaliativos com ampla legitimidade técnica (que requer o uso de metodologias adequadas, de modo a garantir a identificação de indicadores de natureza quali-quantitativa) e política (conquistada pela efetiva participação de toda a comunidade na construção do processo avaliativo e no uso dos resultados por ele gerados).
- ⇒ **Respeito à Identidade Institucional:** o desempenho institucional deve ser analisado em função de sua missão, sua visão, seus princípios, seus projetos, sua relevância social, sua cultura institucional e sua realidade social, econômica e política.
- ⇒ **Transparência:** a auto-avaliação, em suas diferentes etapas, fases e procedimentos, deve ser a mais transparente possível, assegurando o debate e a divulgação dos seus resultados a toda a comunidade.

Cada um desses princípios contribui significativamente para que o processo de auto-avaliação da UFPA seja o mais abrangente, transparente e fidedigno possível. A avaliação requer parâmetros e decisões claros; a definição de um caminho legítimo para a sua concretização; a construção coletiva dos instrumentos de coleta de dados e a composição criteriosa da equipe de gestores da avaliação interna. As dimensões consideradas no processo de avaliação interna (Anexo A) serão aquelas estabelecidas pela Lei nº 10.861/2004, Art. 3º, e outras que sejam consideradas relevantes pelos atores envolvidos, tendo em vista a compreensão da missão, identidade institucional e especificidades institucionais.

A gestão da avaliação institucional no âmbito da UFPA será exercida de forma compartilhada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional — PROPLAN e pela Comissão Própria de Avaliação da UFPA. Nas unidades acadêmicas e administrativas e nas demais unidades de ponta, a execução das atividades de avaliação dar-se-á por meio das divisões responsáveis pelas atividades, conforme cada caso.

A PROPLAN, por meio do seu Departamento de Avaliação Institucional — DEAVI, deverá:

- ⇒ coordenar e executar a política de avaliação interna;
- ⇒ definir procedimentos técnicos a serem adotados para a execução das ações de auto-avaliação.

A CPA, que tem suas atribuições definidas no artigo 11 da Lei do SINAES, atuará como órgão colegiado na definição de políticas e diretrizes do programa de auto-avaliação, na orientação dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais.

Os mecanismos de avaliação interna da UFPA devem contemplar as especificidades institucionais, permitir o autoconhecimento crítico, a análise das ações propostas no Plano de Desenvolvimento e o contínuo aperfeiçoamento do desempenho institucional.

METODOLOGIA

O universo da avaliação institucional no âmbito da Universidade Federal do Pará é constituído dos sujeitos acadêmicos¹, dos cursos de graduação e de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), dos projetos de pesquisa, dos programas e projetos de extensão integrados ao ensino e/ou à pesquisa, dos hospitais universitários e dos setores administrativos.

Considerando-se que a proposta é de institucionalização do processo de auto-avaliação, as ações desenvolvidas neste âmbito não deverão estar atreladas a datas marcadas para início e fim e devem se caracterizar pela presença permanente do processo. Contudo, determinadas atividades de avaliação podem ser priorizadas por questões relacionadas aos planos e projetos institucionais.

A execução desta proposta de auto-avaliação prevê a ocorrência de quatro etapas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente, outras, em momentos distintos, dependendo do grau de sensibilização e de amadurecimento dos atores envolvidos em relação às ações que se desenvolverão em suas unidades acadêmico-administrativas. Serão definidos procedimentos sob a responsabilidade das Unidades Acadêmico-Administrativas, os quais deverão ser cumpridos periodicamente, em prazos estabelecidos pela CPA. São etapas:

1ª) Preparação

- elaboração da proposta de avaliação.

2ª) Sensibilização

- realização de eventos de sensibilização e de apresentação do SINAES e da proposta de avaliação.

3ª) Execução da Proposta nas Unidades

- Atividades dirigidas ao levantamento e tratamento de informações relativas às cinco áreas representativas das atividades-fim e atividades-meio da instituição:

1. Ensino de Graduação;
2. Ensino de Pós-Graduação;
3. Pesquisa;
4. Extensão;
5. Gestão.

Para cada uma dessas áreas, são definidos:

¹ O termo *sujeitos acadêmicos* compreende os corpos docente, técnico-administrativos e discentes.



- ⇒ Unidades responsáveis;
- ⇒ Periodicidade;
- ⇒ Concepção ou Princípios Norteadores;
- ⇒ Procedimentos para levantamento de informações;
- ⇒ Instrumentos de coleta de dados;
- ⇒ Procedimentos para análise das informações;
- ⇒ Sistema eletrônico *on-line* para transferência das informações ao DEAVI.

A execução dessa etapa ficará sob a responsabilidade das Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (1), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (2, 3), Pró-Reitoria de Extensão (4), Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (5).

O detalhamento dessa etapa, para cada área, encontra-se nos APÊNDICES de AaE.

As informações produzidas e analisadas serão integradas, na etapa seguinte, para que então se elabore um diagnóstico mais completo de cada área e da instituição como um todo.

4ª) Consolidação

- elaboração de relatórios;
- publicação dos resultados;
- balanço crítico;
- uso efetivo dos resultados;
- meta-avaliação.

Diagrama do Processo de Auto-Avaliação



Os dados quantitativos serão extraídos dos relatórios das unidades acadêmicas e administrativas; do Censo da Educação Superior — realizado pelo INEP; da Fita Espelho do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos — SIAPE e dos Sistemas Corporativos que integrarão o Sistema de Informações para o Ensino — SIE/UFPA. Os dados qualitativos serão coletados por meio de instrumentais criados a partir da elaboração do Roteiro de Auto-Avaliação.

Os resultados da Avaliação dos Cursos de Graduação, do Programa de Avaliação de Desempenho e do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes também serão incorporados ao processo de auto-avaliação da UFPA.

Considerando a importância e abrangências distintas das dez dimensões avaliativas do SINAES, é fundamental observar a natureza das atividades contempladas nas diferentes dimensões. Algumas apresentam maior importância com vistas à concretização do projeto institucional e, por isso, dizem respeito às atividades finalísticas, enquanto outras se referem aos procedimentos organizativos e operacionais.

As atividades finalísticas abrangem os recursos necessários à execução do ensino, da pesquisa e da extensão, incluindo suas responsabilidades e compromissos com a sociedade. As dimensões com estas características são:

- ⇒ Dimensão 2: Perspectiva Científica e Pedagógica Formadora: políticas, normas e estímulos para o ensino, a pesquisa e a extensão (abrange todos os resultados do trabalho acadêmico, considerando as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão);
- ⇒ Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição de Ensino Superior — IES (*avalia a interação e o cumprimento dos compromissos da instituição para com a sociedade, do ponto de vista da missão educativa e científica de uma IES*);
- ⇒ Dimensão 5: Políticas de Pessoal, Carreira, Aperfeiçoamento, Condições de Trabalho;
- ⇒ Dimensão 7: Infra-Estrutura Física e Recursos de Apoio.

Os processos avaliativos destas dimensões serão coordenados pelo DEAVI e pela CPA, que atuarão de forma articulada com as Pró-Reitorias afins. É importante observar a transversalidade da dimensão 3 e destacar que as dimensões 5 e 7 envolvem todos os recursos humanos, físicos e infra-estruturais disponíveis para a realização das atividades acadêmicas. As demais dimensões dizem respeito aos procedimentos organizativos e operacionais. A coordenação de seus processos avaliativos far-se-á de forma compartilhada entre a equipe do DEAVI e membros da CPA, que juntos articularão com representantes da comunidade acadêmica que atuam na área referente a cada uma dessas dimensões, com vistas a obter subsídios para a criação dos instrumentos e procedimentos de avaliação.

O Programa de Avaliação e Acompanhamento dos Cursos de Graduação da UFPA deverá ser implementado, e os atores envolvidos devem ter a clareza de que tanto a política de ensino da instituição como um todo quanto os projetos pedagógicos de cada um de seus cursos necessitam de acompanhamento e avaliação que forneçam informações relevantes quanto à eficiência e eficácia de suas políticas, programas e projetos.

No que diz respeito às avaliações relativas a pós-graduação e a pesquisa, o Programa de Auto-Avaliação tomará como referência sistemas externos de avaliação já consolidados pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior — CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, complementando-os com indicadores, quando necessário.

Quanto à extensão, será desencadeada, no âmbito da UFPA, ampla discussão e análise dos indicadores criados por meio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, propostos para a construção de diretrizes conceituais e políticas relacionadas

às seguintes dimensões: política de gestão, infra-estrutura, relação universidade — sociedade e plano acadêmico.

O Planejamento e a Gestão Universitária serão avaliados mediante critérios estabelecidos internamente, através de indicadores que abranjam processos, produtos e resultados, observando-se o equilíbrio entre a gestão administrativa e a acadêmica.

É necessário assegurar que todo este esforço garanta a utilidade da avaliação para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. Para tanto, é preciso periodicamente refletir sobre os objetivos definidos, sobre os atores envolvidos, sobre as estratégias estabelecidas e sobre os instrumentos utilizados. Isto requer o planejamento de ações que permitam a meta-avaliação: elemento fundamental para que a UFPA possa avaliar o seu próprio sistema de avaliação e estabelecer procedimentos futuros para o alcance da excelência.

Integram esta proposta os APÊNDICES, com a especificação dos procedimentos e instrumentos para a avaliação das cinco áreas definidas na seção de Metodologia: 1) Ensino de graduação; 2) Ensino de Pós-Graduação; 3) Pesquisa; 4) Extensão; e 5) Gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Sandra Maria de Azevedo. **Subsídios para a implantação do processo permanente de uma política de avaliação institucional na Universidade Federal do Pará.** Belém, 2003. Monografia

CASTANHEIRA, Ana Maria; COELHO, Abílio Ribeiro e GAGLIARDI, Marcos Vinícius. **Avaliação Institucional.** São Paulo: Mackenzie, 2008.

COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Avaliação institucional: desafio da Universidade diante de um novo século.** Belém, 1997.

LIMA, Marcos Antonio Martins. **Auto-Avaliação e Desenvolvimento Institucional.** São Paulo: Lima Editora, 2008.

MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Avaliação externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumento.** Brasília: MEC, 2004

_____. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Roteiro de auto-avaliação institucional 2004.** Brasília: MEC, 2004.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.**

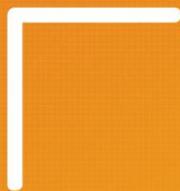
_____. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Administração Acadêmica. **Projeto de avaliação institucional da Universidade Federal do Pará, 1995 - 1996.** Belém, 1995.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano de desenvolvimento da UFPA, 2001-2010.** Belém: Edufpa, 2003.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Universidade Federal do Pará em Números 2005.** Belém, 2005.

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES DO NORDESTE E NORTE. O desafio das Universidades diante de um Novo Milênio: a importância da avaliação institucional, 3., 1997, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 1997.



APÊNDICES



APÊNDICE A — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação do Ensino de Graduação

1 Conceção Geral

Na avaliação do ensino de graduação, os atores institucionais envolvidos e a periodicidade de sua execução dependem da estrutura organizacional da UFPA e do cronograma estabelecido pelo MEC. Porém a avaliação não será limitada aos encaminhamentos do MEC/INEP/CONAES (Avaliação dos Cursos de Graduação e Avaliação de Desempenho dos Estudantes). Torna-se imprescindível a integração de todos os segmentos vinculados ao ensino de graduação na instituição aproveitando os resultados dos programas de avaliação da PROEG e das unidades acadêmicas, dos estudos e das pesquisas realizados sobre a temática.

Nesse processo deverá ser contemplada a participação dos egressos da instituição, além de outros elementos avaliativos, com o intuito de se obter uma avaliação da Universidade sob a ótica de outros segmentos da sociedade. Isto propiciará o uso de indicadores para a avaliação da efetividade social das ações da UFPA, como, por exemplo, a responsabilidade social, uma das dimensões estabelecidas pelo SINAES.

2 Unidades/Atores Responsáveis

- ⇒ PROEG/CIAC/Coordenação de Avaliação da Graduação
- ⇒ PROPLAN
- ⇒ PROGEP
- ⇒ Diretor Adjunto de Instituto/Coordenadoria de Campus
- ⇒ Diretor de Faculdade/Escola
- ⇒ Coordenadorias de Planejamento, Gestão e Avaliação das Unidades Acadêmicas
- ⇒ Secretaria Especial de Educação a Distância
- ⇒ Fórum de Graduação

3 Periodicidade

A avaliação do ensino de graduação na UFPA obedecerá constantemente a alguns prazos e períodos, internos e externos:

- ⇒ Todos os cursos serão avaliados pelo menos uma vez por ano letivo.
- ⇒ A cada avaliação anual serão considerados os dados disponíveis mais recentes do ENADE e do Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos Cursos, conforme estabelecido pela Portaria que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES.

4 Procedimentos para Levantamento de Informações

Os parâmetros do SINAES devem ser observados; bem como outros indicadores, considerando-se as especificidades das unidades acadêmicas e regionais. São responsáveis pelo levantamento dessas informações:

- ⇒ Perfil do docente: PROGEP, PROPLAN
- ⇒ Perfil do discente: PROEG, CIAC, Pesquisador Institucional
- ⇒ Perfil do técnico-administrativo: PROGEP, Diretor Geral de Instituto, Coordenador de Campus
- ⇒ Condições das instalações físicas: Prefeitura, Diretor Geral de Instituto
- ⇒ Organização didático-pedagógica: PROEG, Diretor Adjunto de Instituto, Diretor de Faculdade/Escola
- ⇒ Desempenho dos Estudantes da UFPA no ENADE: PROEG, Diretor de Faculdade/Escola, Coordenador de Campus
- ⇒ Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral das instituições: PROPLAN, Pesquisador Institucional
- ⇒ Cursos de Graduação na modalidade a Distância: SEAD, Diretor de Faculdade/Escola, Coordenador de Campus
- ⇒ Outros

As unidades e atores responsáveis encaminharão ao DEAVI os documentos, estudos e pesquisas pertinentes à avaliação dos cursos de graduação da UFPA, para registro e utilização dos seus resultados.

5 Instrumentos de Coleta de Dados

Formulários correspondentes aos procedimentos de levantamento de informações.

6 Procedimentos para Análise das Informações

- ⇒ Pesquisa Documental;
- ⇒ Coleta de Dados Primários.

7 Sistema Eletrônico *on-line* para transferência das informações ao DEAVI

Será disponibilizado, na página eletrônica do AVALIA, um *link* próprio para que as informações sejam alimentadas pelas unidades/atores responsáveis.

8 Visibilidade e Transparência da Avaliação

Para divulgação dos resultados da avaliação serão utilizados recursos tecnológicos de informação e comunicação.

APÊNDICE B — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação do Ensino de Pós-Graduação

1 Conceção Geral

A avaliação do sistema de Pós-Graduação na UFPA tomará como referências principais os conjuntos de informações e dados produzidos por docentes, coordenações e Pró-Reitorias, no contexto de rotinas acadêmicas e institucionais diversas (SIE, Relatórios CAPES, etc.). Não deve envolver tarefas que se sobreponham àquelas executadas pelas instâncias envolvidas.

A avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu* levará em conta o sistema consagrado de avaliação externa dos Programas de Pós-Graduação, sob a responsabilidade da CAPES, na forma de avaliações anuais (de acompanhamento, ou com atribuição de notas), que oferece periodicamente apreciações, diagnósticos e recomendações relativas a cada Programa, de cada área de conhecimento. Tomará como referência essa avaliação externa, não simplesmente sob a forma de incorporação de seu conteúdo, mas admitindo-a como uma avaliação qualificada, em condições de subsidiar processos de auto-avaliação.

As informações produzidas por procedimentos e instrumentos especificados neste Apêndice podem subsidiar a avaliação da Pós-Graduação, desde que analisadas no contexto das condições institucionais sob as quais os Programas realizam suas atividades, levantadas por outros meios.

2 Unidades/Atores Responsáveis

- ⇒ PROPESP
- ⇒ PROPLAN
- ⇒ Diretor Geral de Instituto, Coordenadoria de Campus
- ⇒ Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação
- ⇒ Coordenações dos Programas de Pós-Graduação
- ⇒ Secretaria Especial de Educação a Distância

3 Periodicidade

Anual.

4 Procedimentos para Levantamento de Informações

- ⇒ Descrição do sistema — PROPESP: a) áreas de conhecimento cobertas; b) níveis de formação oferecidos; c) histórico dos Programas (ano de implantação de cada nível, avaliações recebidas, processos de estruturação/reestruturação por que passaram etc.); d) características do corpo docente; e) características do corpo discente; f) políticas institucionais para a Pós-Graduação (atuais e em discussão).
- ⇒ Indicadores de Oferta — PROPLAN: a) dimensão e qualificação do corpo docente; b) dimensão do corpo discente; c) titulações (número, proporção em relação ao corpo docente, tempo médio de titulação); d) atividades acadêmicas; e) outras.
- ⇒ Auto-Avaliação dos Programas *Stricto sensu* — Coordenador de Programa: a) apreciação geral da avaliação da CAPES; b) pontos fortes; c) pontos fracos, lacunas ou problemas a serem superados, d) requisitos para a superação das lacunas e problemas apontados, com indicação dos que estão ao alcance do próprio Programa e dos que dependem de suporte externo; e) planejamento de ações, na direção dos objetivos assumidos, de qualificação do Programa e de formação de Mestres/Doutores; f) avaliação das políticas e rotinas institucionais relacionadas à pós-graduação; g) informações disponíveis sobre egressos.
- ⇒ Auto-Avaliação dos Programas *Lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento) — unidades responsáveis: a) justificativa para a oferta de cursos; b) articulação da oferta de cursos *lato sensu* com a oferta (ou projeto de oferta) de Pós-Graduação *stricto sensu* na mesma área; c) acesso público aos cursos; d) qualidade das atividades de formação oferecidas e avaliação da taxa de evasão discente; e) qualificação do corpo docente e adequação aos projetos dos cursos; f) contribuição dos cursos de especialização para a unidade, destacando aspectos positivos e negativos.
- ⇒ Auto-Avaliação dos Programas de Residência Médica — Coordenador de Programa: a) apreciação geral da avaliação externa; b) pontos fortes; c) pontos fracos, lacunas ou problemas a serem superados, d) requisitos para a superação das lacunas e problemas apontados, com indicação dos que estão ao seu alcance e dos que dependem de suporte externo; e) planejamento de ações, na direção dos objetivos assumidos, de qualificação do Programa e de formação de Residentes; f) avaliação das políticas e rotinas institucionais relacionadas à residência médica; g) informações disponíveis sobre egressos.

A auto-avaliação deverá tomar como referência os resultados de avaliações externas, quando for estabelecida a nova regulamentação das visitas de acompanhamento dos Programas. Enquanto não for definida, essa regulamentação deverá basear-se na avaliação de autorização para funcionamento (no caso de programas novos), credenciamento e reconhecimentos.

- ⇒ Diagnóstico do sistema — PROPESP e Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação:
- a) qualificação geral da Pós-Graduação na instituição (realidade atual e possibilidades futuras);
 - b) apoio institucional aos Programas de Pós-Graduação (realidade atual, demandas e compromissos assumidos);
 - c) perspectivas de expansão horizontal da Pós-Graduação na UFPA (cobertura das áreas de conhecimento);
 - d) perspectivas de verticalização da Pós-Graduação na UFPA (oferta do nível de Doutorado pelos Programas que já oferecem o Mestrado);
 - e) programas ou políticas institucionais a serem discutidas/executadas no curto prazo e no longo prazo;
 - f) ações institucionais externas necessárias para a qualificação e expansão da Pós-Graduação na UFPA.

5 Instrumentos de Coleta de Dados

Formulários correspondentes aos procedimentos de levantamento de informações.

6 Procedimentos para Análise das Informações

As informações deverão ser analisadas em duas etapas: a) conjuntos de informações referidos neste Apêndice, com o fim de oferecer uma apreciação geral da pesquisa na UFPA e das diretrizes para o seu desenvolvimento; b) a avaliação da pós-graduação deverá ser complementada com informações relacionadas às outras áreas correspondentes às atividades-fim (pesquisa, extensão, ensino de graduação) e atividades-meio (gestão) da instituição.

7 Sistema Eletrônico *on-line* para transferência das informações ao DEAVI

Será disponibilizado, na página eletrônica do AVALIA, um *link* próprio para que as informações sejam alimentadas pelas unidades/atores responsáveis.

8 Visibilidade e Transparência da Avaliação

Para divulgação dos resultados da avaliação serão utilizados recursos tecnológicos de informação e comunicação.

APÊNDICE C — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação da Pesquisa

1 Conceção Geral

A atividade de pesquisa no contexto institucional das universidades tem duas funções básicas: a produção de conhecimento e a formação de profissionais e pesquisadores familiarizados com o processo de produção de conhecimento e com o conhecimento atualizado em suas respectivas áreas de atuação. A avaliação da atividade de pesquisa deve levar em conta: a) a abrangência da atividade de pesquisa, do ponto de vista da cobertura das áreas de conhecimento nas quais a instituição oferece ensino de graduação; b) a qualidade da pesquisa realizada na instituição; c) sua articulação com a atividade de ensino (na graduação e na pós-graduação).

A abrangência da atividade de pesquisa deve considerar a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão. A possibilidade de uma instituição prover formação de qualidade em uma área de conhecimento ou de atuação profissional depende diretamente de seu envolvimento e excelência na produção de conhecimento na mesma área. A extensão com que a atividade de pesquisa cobre as áreas em que a UFPA pretende prover formação constitui uma medida do alcance e dos desafios da pesquisa na instituição.

A qualidade da atividade de pesquisa perpassa pela eficácia da avaliação por pares, em todas as etapas do processo de investigação. Os indicadores produzidos, especialmente pelos agentes externos, devem subsidiar a avaliação da pesquisa no âmbito da UFPA. Um desses indicadores, consiste do volume de publicações em periódicos científicos arbitrados e bem avaliados, apesar das controvérsias que cercam o assunto, face aos diversos interesses envolvidos. A avaliação por pares está presente em outras etapas do processo de investigação, como a avaliação externa de projetos e relatórios de pesquisa, por agências de apoio e fomento à atividade. Sendo a UFPA uma instituição em que a atividade de pesquisa começa a se consolidar e se expandir às diversas áreas de conhecimento cobertas pelo ensino de graduação, números absolutos serão tão importantes para avaliar a pesquisa quanto a progressão dos indicadores ao longo dos anos.

Com respeito à articulação com o ensino, a avaliação deve levar em conta ações estruturadas e contínuas de formação para a pesquisa, no âmbito do Programa PIBIC e dos cursos de mestrado e doutorado. O esforço para articular a pesquisa à formação deve (ou pode) refletir-se no credenciamento de grupos de pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa (Plataforma Lattes, CNPq),

2 Unidades/Atores Responsáveis

⇒ PROPESP

- ⇒ PROPLAN
- ⇒ Diretor Geral de Instituto, Coordenadoria de Campus
- ⇒ Fórum de Pesquisa

3 Periodicidade

Anual.

4 Procedimentos para Levantamento de Informações

- ⇒ Indicadores gerais — PROPLAN: a) número e proporção de docentes doutores no corpo docente geral da instituição; b) distribuição de doutores por unidade acadêmica; c) número de docentes coordenadores de projetos de pesquisa; d) número de docentes participantes em equipes de projetos de pesquisa; e) volume de carga horária docente alocada para a atividade de pesquisa; f) volume de carga horária de servidores técnico-administrativos alocada para a atividade de pesquisa; g) distribuição da carga horária alocada para a pesquisa entre as unidades acadêmicas; h) relação entre docentes com carga horária para a pesquisa e orientação de bolsistas de Iniciação Científica (IC); i) relação entre docentes com carga horária para a pesquisa e orientação de mestrandos e doutorandos; j) número e distribuição por tipo e por unidade acadêmica da produção bibliográfica dos coordenadores e participantes de equipes de projetos de pesquisa.
- ⇒ Indicadores qualificados — PROPESP: a) número de projetos de pesquisa registrados; b) número e proporção de projetos de pesquisa com aprovação externa por agências de apoio e fomento; c) número e proporção de projetos apoiados com recursos por agências externas; d) volume de recursos obtidos por projetos ou grupos de pesquisa junto a agências externas; e) número e distribuição de bolsistas de IC (PIBIC e CNPq balcão); f) número e proporção de discentes de graduação com participação nos grupos de pesquisa da instituição; g) número e distribuição por unidades acadêmicas dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa vinculados ao CNPq; h) número e distribuição por unidades acadêmicas dos grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes; i) participação de discentes (graduação e pós-graduação) nos grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes; j) avaliação externa do Programa PIBIC na UFPA; k) número de egressos do PIBIC com ingresso em programas de pós-graduação; l) indicadores de participação de docentes e técnicos da UFPA em publicações registradas em base de dados de produção científica qualificada; m) participação relativa (considerando os totais nacional e da região norte) da UFPA na captação de recursos e bolsas por meio de editais do CNPq e da CAPES; n) participação relativa

(considerando o total para o estado) da UFPA na captação de recursos e bolsas por meio de editais de agência/secretaria estadual.

- ⇒ Diagnóstico da atividade de pesquisa — PROPESP e Fórum de Pesquisa: a) abrangência e qualidade da atividade de pesquisa na UFPA; b) evolução de indicadores quantitativos e qualitativos da atividade de pesquisa na UFPA; c) impacto da atividade de pesquisa no ensino de graduação e de pós-graduação; índice de avaliação externa da atividade; d) qualificação para a pesquisa dos docentes pesquisadores; e) capacidade de captação de recursos; f) políticas institucionais e suporte material para o desenvolvimento da atividade de pesquisa; g) lacunas ou desafios para o desenvolvimento da atividade de pesquisa no curto prazo; h) possíveis ações institucionais a curto, médio e longo prazos.

5 Instrumentos de Coleta de Dados

Formulários correspondentes aos procedimentos de levantamento de informações.

6 Procedimentos para Análise das Informações:

As informações deverão ser analisadas em duas etapas: a) conjuntos de informações referidos neste Apêndice, com o fim de oferecer uma apreciação geral da pesquisa na UFPA e das diretrizes para o seu desenvolvimento; b) a avaliação da pesquisa deverá ser complementada com informações relacionadas às outras áreas correspondentes às atividades-fim (pós-graduação, extensão, ensino de graduação) e atividades-meio (gestão) da instituição.

7 Sistema Eletrônico *on-line* para transferência das informações ao DEAVI

Será disponibilizado, na página eletrônica do AVALIA, um *link* próprio para que as informações sejam alimentadas pelas unidades/atores responsáveis.

8 Visibilidade e Transparência da Avaliação

Para divulgação dos resultados da avaliação serão utilizados recursos tecnológicos de informação e comunicação.

APÊNDICE D — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação da Extensão

1 Conceção Geral

A atividade de extensão na UFPA tem duas funções básicas e profundamente imbricadas. De um lado, disponibiliza à sociedade o conhecimento por ela produzido como retorno aos investimentos públicos no ensino superior; de outro, cria condições para que no processo de transferência desse conhecimento o discente seja estimulado a conhecer os problemas e as necessidades da comunidade local/regional, permitindo a formação de um profissional engajado nas questões sociais, econômicas e políticas de sua realidade.

A UFPA, por meio das atividades de extensão, tem condições de estabelecer mecanismos de troca, consolidando seu processo de inserção na sociedade. A base da troca entre esses dois segmentos constitui um diálogo fundamentado no conhecimento construído pela Universidade e devolvido à sociedade por via de um processo educativo permanente e sistemático, abrangendo todas as áreas do conhecimento. Cabe à UFPA entender e compreender as reais necessidades da comunidade e estabelecer maneiras de aplicar seus conhecimentos a partir das demandas concretas, em relação de profunda reciprocidade. Deverão ser estimuladas ações que permitam o envolvimento de forma comprometida dos docentes e discentes, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que ela se insere.

A avaliação das atividades de extensão na UFPA deverá ter como ponto de partida a maneira com que ela realiza a operacionalização de suas funções básicas.

2 Unidades/Atores Responsáveis

- ⇒ PROEX
- ⇒ Diretor Geral, Diretor Adjunto de Instituto, Coordenadoria de Campus
- ⇒ Fórum de Extensão
- ⇒ Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação das Unidades Acadêmicas e Regionais
- ⇒ Coordenadores de Ações de Extensão

3 Periodicidade

Anual.

4 Procedimentos para Levantamento de Informações

A avaliação da extensão dar-se-á a partir de três procedimentos básicos, bem como seus indicadores:

- ⇒ Planejamento das ações de extensão apoiadas na legislação e nos seus mecanismos de operacionalização — PROEX, Diretor Adjunto de Instituto, Diretor de Faculdade/Escola: a) política institucional (diretrizes, metas, planos, programas, procedimentos e rotinas); b) tipo de atividades (programas e projetos de extensão permanentes/temporários que atendam a comunidade regional e o entorno, em termos sociais, culturais e artísticos, transferência de tecnologia, saúde e outros); c) proposições que articulem e incluam publicações e divulgação de trabalhos de professores e alunos; d) proposições que articulem relações interinstitucionais, de cooperação, de parcerias com movimentos sociais e segmentos da sociedade; e) fluxo de aprovação das ações de extensão (programas, projetos, cursos e eventos); f) mecanismos de articulação pesquisa, ensino e extensão.
- ⇒ Execução das ações de extensão — PROEX, Diretor Adjunto de Institutos, Diretor de Faculdade/Escola: a) programas, projetos, cursos e eventos no âmbito da Universidade segundo área e forma de atuação; b) recursos financeiros destinados aos projetos (recursos orçamentários da UFPA e orçamentos externos); c) Infra-estruturas e equipamentos: instalações internas e externas (projetos realizados nas instalações da UFPA, projetos realizados nas instalações de terceiros); bibliotecas, hospitais, áreas de lazer, transportes, equipamento de informática e rede de informações; d) formas de intervenção (diretas e indiretas); e) resultados das pesquisas repassados à comunidade (transferência de resultado de pesquisas científicas, tecnológicas, artísticas e outras); f) comunidades envolvidas nas atividades de extensão (identificação da clientela alvo); g) pessoal envolvido (docente, técnico-administrativo e discente): número de docentes da graduação e da pós-graduação envolvidos, por área de atuação; carga horária docente por ação (graduação e pós-graduação); bolsistas e não bolsistas de extensão por programa e projetos, tipos de incentivos institucionais e outros; bolsistas da pós-graduação envolvidos em ações de extensão (bolsas, estágios e participação em eventos); número de técnico-administrativos envolvidos, por área de atuação.
- ⇒ Acompanhamento da abrangência e qualidade das ações de extensão da UFPA através de programas, projetos, cursos e eventos — PROEX, Diretor Adjunto de Institutos, Diretor de Faculdade/Escola: a) impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes; b) relatórios, formulários, questionários e outros; c) jornadas, seminários, encontros, publicações e eventos.

5 Instrumentos de Coleta de Dados



Formulários correspondentes aos procedimentos de levantamento de informações.

6 Procedimento para Análise das Informações

- ⇒ Pesquisa Documental;
- ⇒ Coleta de Dados Primários.

7 Sistema Eletrônico *on-line* para transferência das informações ao DEAVI

A CPA/UFPA deverá disponibilizar, em sua página eletrônica, um *link* próprio para que cada conjunto de informações seja encaminhado ao DEAVI eletronicamente.

8 Visibilidade e Transparência da Avaliação

Para divulgação dos resultados da avaliação serão utilizados recursos tecnológicos de informação e comunicação.

APÊNDICE E — Especificação dos Procedimentos e Instrumentos para a Avaliação da Gestão

1 Conceção Geral

Uma proposta de avaliação do sistema de gestão na UFPA deve, indissociavelmente, envolver as ações de planejamento e de avaliação, considerando a estrutura definida no Estatuto e no Regimento Geral da UFPA, as atividades dos conselhos deliberativos superiores e das unidades intermediárias e de primeira instância, as atividades da administração superior, das unidades e subunidades acadêmicas, acadêmicas especiais e dos órgãos suplementares, com suas organizações específicas. Deve ainda tomar como referências os documentos normativos e orientativos emanados das diferentes unidades acadêmicas e das unidades regionais.

O processo avaliativo analisará o nível de independência e autonomia dos colegiados, atendendo a critérios de representatividade e participação dos diferentes atores. Avaliará, também, o cumprimento dos objetivos e metas constantes no Plano de Desenvolvimento, nos Planos de Gestão e nos Planos de Desenvolvimento das unidades acadêmicas e das unidades regionais. Outro elemento a ser considerado diz respeito à relação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional, os projetos pedagógicos dos cursos e o institucional.

2 Unidades/Atores Responsáveis

- ⇒ Administração Superior (reitoria, vice-reitoria)
- ⇒ Pró-Reitorias
- ⇒ Conselhos Deliberativos Superiores
- ⇒ Diretor Geral, Diretor Adjunto de Instituto, Coordenadoria de Campus
- ⇒ Diretores de Faculdades e Escolas
- ⇒ Fórum de Gestores
- ⇒ Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação das Unidades Acadêmicas e Regionais

3 Periodicidade

Anual.

4 Procedimentos para levantamento de informações

- ⇒ Dados relativos a programas especiais vinculados ao gabinete do reitor e da vice-reitoria — Administração Superior.

- ⇒ Levantamento de informações referentes: a) a ações de planejamento e avaliação institucional — PROPLAN; b) a ações de gerência dos recursos financeiros e materiais — PROAD; c) a ações de gestão de pessoal — PROGEP; d) a busca de recursos financeiros capazes de promover a execução e o desenvolvimento de pesquisas institucionais, a concessão de bolsas para a pós-graduação, a alunos-pesquisadores e docentes e o registro de patentes — PROPESP; e) a atividades didático-pedagógicas e de administração acadêmica, de assessoramento técnico-pedagógico às unidades acadêmicas e às unidades regionais, à captação de fomento a projetos de melhoria do ensino de graduação e concessão de bolsas de ensino — PROEG; f) a articulação e coordenação das atividades de extensão universitária dos diversos setores da UFPA, apoiando programas, projetos, atividades e publicações de extensão, captação de recursos e fomento a projetos de extensão universitária — PROEX.
- ⇒ Levantamento de informações referentes a periodicidade, portarias e resoluções deliberadas, a mecanismos de divulgação das atividades à comunidade universitária e a acesso à informação — Conselhos Deliberativos Superiores.
- ⇒ Levantamento de informações referentes ao planejamento, acompanhamento, avaliação de atividades — Órgãos Suplementares.
- ⇒ Levantamento de informações referentes a planejamento, operação e controle da infraestrutura, do espaço físico e das condições desses espaços físicos — Prefeitura e Coordenadoria de Campus.
- ⇒ Levantamento de informações referentes a planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades, a situação dos cursos de graduação quanto à implementação de projetos pedagógicos de acordo com as diretrizes curriculares nacionais; a gestão de pessoal (lotação, titulação, movimentação, qualificação e capacitação); a gestão da informação e da comunicação; a oferta de cursos de graduação e movimentação de alunos; a oferta de cursos de pós-graduação; a situação dos níveis de ensino (infantil, fundamental e médio); a tipos de serviços, indicadores de atendimento; a infra-estrutura, convênios, captação e aplicação de recursos; a projetos de pesquisa, ensino e extensão — Administração Intermediária.
- ⇒ Levantamento de informações referentes a periodicidade de reuniões, portarias e resoluções deliberadas, a mecanismos de divulgação à comunidade universitária e usuários, a acesso à informação — Colegiados Deliberativos.
- ⇒ Levantamento de informações referentes a planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades, a situação dos cursos de graduação quanto à implementação de projetos pedagógicos de acordo com as diretrizes curriculares nacionais; a gestão de pessoal (lotação, titulação, movimentação, qualificação e capacitação); a gestão da informação e da comunicação; a oferta de cursos de graduação e movimentação de alunos; a oferta

de cursos de pós-graduação; a tipos de serviços, indicadores de atendimento; a infraestrutura, convênios, captação e aplicação de recursos; a projetos de pesquisa, ensino e extensão — Unidades de Primeira Instância

- ⇒ Levantamento de informações referentes a captação de fomentos, a gestão de pessoal, a projetos, a programas e a convênios — FADESP.

5 Instrumentos de Coleta de Dados

Formulários correspondentes aos procedimentos de levantamento de informações.

6 Procedimento para Análise das Informações

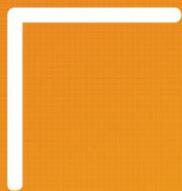
- ⇒ Pesquisa Documental;
- ⇒ Coleta de Dados Primários.

7 Sistema Eletrônico *on-line* para transferência das informações ao DEAVI

A CPA/UFPA deverá disponibilizar, em sua página eletrônica, um link próprio para que cada conjunto de informações seja encaminhado eletronicamente.

8 Visibilidade e Transparência da Avaliação

Para divulgação dos resultados da avaliação serão utilizados recursos tecnológicos de informação e comunicação.



ANEXOS



ANEXO A — Parecer do INEP à Proposta de Auto-Avaliação da UFPA



Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP
Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior - DEAES

PROPOSTA DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PARECER

1. Fundamentação da Análise

Esta análise pautou-se na Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Essa Lei definiu dez dimensões institucionais para a avaliação das IES, assegurou a avaliação institucional interna e externa e criou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES como órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. A análise pautou-se ainda na Portaria n.º 2.051/2004, que regulamenta os procedimentos do Sistema e dispõe que a avaliação de instituições será executada conforme diretrizes estabelecidas pela CONAES. A Auto-Avaliação é uma das etapas do processo avaliativo a ser coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) operacionalizar o processo de Auto-Avaliação a partir de diretrizes da CONAES.

Comentário do Tipo 3

Registra-se que a IES atendeu à solicitação de formulação de uma Proposta de Auto-Avaliação e foi emitido o Parecer que segue:

A Proposta contemplou parcialmente o **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004: orientações gerais**, publicação da CONAES/INEP. Incorporou os princípios e as diretrizes do SINAES e deu prioridade aos objetivos, à função, ao perfil e à realidade da Instituição. Porém, verifica-se que a Proposta ressenete-se de apresentação de um cronograma das atividades de avaliação a serem desenvolvidas. Por fim, esta Diretoria ressalta que a IES deve elaborar o cronograma de atividades e dar maior divulgação aos

resultados obtidos na Auto-Avaliação, para que esta se torne uma atividade facilitadora das ações a serem implementadas.

Brasília, 22 de agosto de 2005

Dilvo Ristoff
Diretor da DEAES/INEP

ANEXO B — Dimensões da Auto-Avaliação

A Coordenação da Avaliação ficará, a cada momento, sob a responsabilidade do DEAVI e da CPA, que atuarão de forma compartilhada com as unidades e atores responsáveis especificados nos Apêndices deste documento.

As dimensões a serem consideradas no processo de auto-avaliação foram estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art.3º. No quadro a seguir, são apresentados alguns tópicos que permitem a operacionalização dessas dimensões:

Elementos Centrais: explicitados com a finalidade de nortear a elaboração dos instrumentos e das ações pertinentes ao desenvolvimento da auto-avaliação;

Núcleo Básico: contempla tópicos que devem integrar o processo de avaliação;

Indicadores, Dados e Documentos: sugestões de indicadores, dados e documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações.

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/DOCUMENTOS
<p>1) A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional</p> <p>Natureza das atividades: <u>procedimentos organizativos e operacionais</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ A missão, finalidades, objetivos e compromissos declarados nos documentos oficiais da instituição explicitam sua política de oferta de formação, de autonomia, responsabilidade e participação dos estudantes e sua política de pesquisa, extensão e produção do conhecimento, caracterizando o perfil institucional em relação com a sociedade; ▶ O Plano de Desenvolvimento (PD) articula a proposição da instituição com o Projeto Pedagógico dos Cursos. Estes documentos, de conhecimento da comunidade acadêmica, são avaliados e atualizados periodicamente, além de usados como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais; ▶ Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades; ▶ Características básicas do Plano de Desenvolvimento e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida; ▶ Articulação entre o Plano de Desenvolvimento e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Plano de Desenvolvimento; ▶ Projeto Pedagógico Institucional; ▶ Projeto Pedagógico dos Cursos; ▶ Efetiva utilização do PD como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração (Reitoria, Pró-Reitorias); ▶ Avaliação e atualização do PD (realização de seminários, reuniões, consultas); ▶ Descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na Instituição); ▶ Descrição do perfil de ingressantes: com base nas demandas regionais e nacionais (conhecimentos e competências que devem apresentar).

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/DOCUMENTOS
<p>2) Perspectiva Científica e Pedagógica Formadora: políticas, normas e estímulos para o ensino, a pesquisa e a extensão (<i>abrange todos os resultados do trabalho acadêmico, considerando as atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão</i>)</p> <p>Natureza das atividades: <u>atividades finalísticas</u></p>	<p>Ensino de Graduação e Pós-Graduação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Relação das atividades de ensino com as demandas locais, regionais, nacionais e/ou internacionais, com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e suas propostas curriculares, formuladas dentro de padrões de qualidade científica e pedagógica objetivando qualificação profissional e a formação cidadã; ▶ Apoio aos estudantes de graduação e pós-graduação por meio de bolsas de monitoria, bolsas de iniciação científica, tutorias, ofertas de estudos compensatórios gratuitos, bolsas trabalho entre outros, com vistas à qualificação da sua formação; ▶ Articulação e proposição de uma política de ensino de graduação e/ou pós-graduação que estimule inovações e a melhoria do ensino, incluindo a qualificação pedagógica dos docentes (atuação de setor de apoio pedagógico; espaços de partilha de experiências; ambientes de estudo para professores e estudantes com infra-estrutura de apoio; recursos para projetos de ensino inovadores; carga horária para reuniões e preparação de atividades de ensino; apoio à participação em cursos de pós-graduação e em eventos acadêmicos entre outros); ▶ Relação dos cursos de Mestrado, Doutorado, de Especialização e de 	<p>Ensino de Graduação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área; ▶ Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento; ▶ Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais; ▶ Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino. <p>Ensino de Pós-Graduação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>; ▶ Política de melhoria da qualidade da pós-graduação; ▶ Integração entre graduação e pós-graduação; ▶ Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Currículos e programas de estudos; ▶ Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo; ▶ Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da instituição; ▶ Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes); ▶ Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão; ▶ Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa; ▶ Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais; ▶ Indicadores de atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros); ▶ Conceitos da CAPES; ▶ Indicadores de atuação profissional dos egressos; ▶ Indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/DOCUMENTOS
	<p>Educação Continuada com o ensino de graduação e de acordo com a produção científica da instituição;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Desenvolvimento de projetos estimulando as inovações curriculares e metodológicas. <p style="text-align: center;">Pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Relação das atividades de pesquisa com a dimensão curricular do ensino de graduação e pós-graduação, incluindo uma política de pesquisa concretizada em carga horária docente e infra-estrutura de apoio; ▶ Apoio para estudantes de graduação e pós-graduação participarem de pesquisas e de sua socialização, incluindo bolsas de iniciação científica, bolsas-sanduíche, estágios e participação em eventos científicos; ▶ Articulação e proposição de uma política de produção científica que inclua divulgação, publicação, relações inter-institucionais, convênios, cooperações e intercâmbios nacionais e internacionais e/ou parceria com os movimentos sociais, setores produtivos, agências governamentais e sistemas de ensino. <p style="text-align: center;">Extensão</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Relação das atividades de extensão com a dimensão curricular do ensino de graduação e pós- 	<p style="text-align: center;">Pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, políticas de investigação e de difusão dessas produções; ▶ Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional; ▶ Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica); ▶ Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas; ▶ Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos; publicação e divulgação dos trabalhos. <p style="text-align: center;">Extensão</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no Plano de Desenvolvimento; ▶ Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social; ▶ Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o 	<p>anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).</p>

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/DOCUMENTOS
	<p>graduação, incluindo uma política de extensão, concretizada com a cobertura de carga horária docente e infra-estrutura de apoio, em linhas e prioridades, de acordo com a missão da UFPA;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Apoio para estudantes de graduação e pós-graduação participarem de projetos de extensão e de sua socialização, incluindo bolsas de extensão, estágios e participação em eventos; ▶ Articulação e proposição de uma política de extensão que inclua divulgação, publicação, relações inter-institucionais, convênios, cooperações e intercâmbios e/ou parcerias com os movimentos sociais, setores produtivos, agências governamentais e sistemas de ensino. 	<p>respectivo impacto em sua formação.</p>	
<p>3) Responsabilidade Social da IES (<i>avalia a interação e o cumprimento dos compromissos da instituição para com a sociedade, do ponto de vista da missão educativa e científica de uma IES</i>)</p> <p>Natureza das atividades: <u>atividades finalísticas</u></p>	<p style="text-align: center;">Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Relação das políticas institucionais com processos de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que sustentem o acesso e permanência dos estudantes (bolsas de estudo, subvenção para alimentação, transporte e alojamento estudantil, facilidades para portadores de necessidades especiais, financiamentos alternativos e outros). <p style="text-align: center;">Desenvolvimento Econômico e Social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações e programas que 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional; ▶ Natureza das relações com os setores público e produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis; ▶ Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas; ▶ Contribuição da instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural; ▶ Caracterização e pertinência das atividades da UFPA nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/ DOCUMENTOS
	<p>concretizem e integrem as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, incluindo o mercado profissional, podendo expressar-se por relações com escolas, assistência judiciária, associações de bairro, movimentos sociais, conselhos tutelares, campanhas de saúde, postos de saúde, cooperativas, incubadoras, empresas juniores, escritórios tecnológicos, escritórios de captação de recursos, estágios em setores profissionais específicos, prestação de serviços, parcerias de trabalho com órgãos públicos e privados;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais, que atendam a demandas de desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, bem como do meio rural e/ou meio urbano, incluindo o registro de seus resultados. <p style="text-align: center;">Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações e programas que concretizem e integrem as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos; ▶ Experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes 		<p>outras;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras; ▶ Evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da instituição; ▶ Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida; ▶ Lista de estudantes, docentes e técnico-administrativos portadores de necessidades especiais. Estratégias pedagógico-didáticas empregadas; ▶ Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/ DOCUMENTOS
	<p>das atividades científicas, técnicas e culturais que sirvam para a preservação e melhoria do meio ambiente no âmbito local e regional, em espaços rurais e/ou urbanos.</p> <p>Preservação da memória e do Patrimônio Cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações e programas que concretizem e integrem as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, visando sua preservação e estimulando parcerias e transferência de conhecimentos; ▶ Experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais que sirvam à preservação da memória e do patrimônio cultural no âmbito local, regional, nacional/internacional. 		
<p>4) Comunicação com a Sociedade</p> <p>Natureza das atividades: <u>procedimentos organizativos e operacionais</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Consistência e exeqüibilidade das propostas de comunicação com a sociedade, constituindo-se como referência na identificação e solução de problemas de natureza social, técnica, organizacional, econômica, cultural e ecológica; ▶ Consistência e exeqüibilidade das propostas de comunicação com a comunidade interna, favorecendo a socialização das informações e qualificando a participação coletiva nas atividades da UFPa, envolvendo a relação entre os cursos e demais 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa; ▶ Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da instituição na comunidade externa; ▶ Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos; ▶ Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de páginas na <i>internet</i> para divulgação. Análises sobre sua eficácia; ▶ Guias do aluno ou semelhante que contenha informações sobre

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/ DOCUMENTOS
	instâncias acadêmicas.		<p>Projeto Pedagógico do curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento e outros;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição; ▶ Questionários para os estudantes, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações; ▶ Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.
<p>5) Políticas de Pessoal, Carreira, Aperfeiçoamento, Condições de Trabalho</p> <p>Natureza das atividades: <u>atividades finalísticas</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Coerência entre objetivos e compromissos institucionais e políticas de admissão, acompanhamento e desenvolvimento profissional do pessoal docente e técnico-administrativo; ▶ Relação entre regime de trabalho, tarefa docente ou técnica, titulação docente e técnica e o perfil institucional; ▶ Congruência das iniciativas de formação continuada com as atividades realizadas por professores e pessoal técnico-administrativo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão; ▶ Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida para os docentes e técnico-administrativos; ▶ Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional. 	<p style="text-align: center;">Docentes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Nº de docentes em tempo integral, parcial e substitutos; ▶ Nº de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivo regimes de trabalho; ▶ Experiência profissional no magistério superior; ▶ Experiência profissional fora do magistério superior; ▶ Formação didático-pedagógica; ▶ N.º de publicações por docente; ▶ Critérios de ingresso na instituição e de progressão na

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/ DOCUMENTOS
			<p>carreira;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho; ▶ Pesquisas e/ou estudos sobre as condições de trabalho dos docentes; ▶ Conceito da CAPES/MEC para a Pós-graduação <i>stricto sensu</i>*; ▶ Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD); ▶ Produção acadêmica/docentes; ▶ Aluno tempo integral/professor equivalente*; ▶ Grau de envolvimento com pós-graduação; ▶ Grau de envolvimento com pesquisa; ▶ Grau de envolvimento com extensão. <p style="text-align: center;">Técnico-Administrativo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Nº de servidores técnico-administrativos; ▶ Escolaridade dos servidores técnico-administrativos; ▶ Envolvimento de servidores técnico-administrativos com pesquisa e extensão; ▶ Experiência profissional; ▶ Critérios de ingresso na instituição; ▶ Critérios de progressão na

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/ DOCUMENTOS
			carreira; ▶ Políticas de capacitação; ▶ Avaliações de desempenho; ▶ Pesquisas e/ou estudos sobre a satisfação dos servidores técnico-administrativos com as condições de trabalho e formação; ▶ Pessoal técnico-administrativo equivalente/docente equivalente; ▶ Aluno tempo integral/pessoal técnico-administrativo equivalente.
<p>6) Organização e Gestão da Instituição <i>(a estrutura organizacional constante dos documentos da Instituição e sua coerência com a gestão institucional; o funcionamento dos órgãos colegiados)</i></p> <p>Natureza das atividades: <u>procedimentos organizativos e operacionais</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Independência e autonomia dos colegiados na relação com a mantenedora, atendendo a critérios de representatividade e participação dos diferentes atores na gestão; ▶ Adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e metas constantes no Projeto de Desenvolvimento Institucional e coerente com a estrutura organizacional real. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real; ▶ Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados; ▶ Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas; ▶ Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções; ▶ Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática); ▶ Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis). 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atas dos órgãos colegiados; ▶ Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição; ▶ Funcionamento do sistema de registro acadêmico; ▶ Funcionamento do sistema e recursos de informação; ▶ Mecanismos de controle de normas acadêmicas; ▶ Organogramas.
<p>7) Infra-Estrutura Física e Recursos de Apoio</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Adequação da infra-estrutura física da instituição a suas funções, dimensão e objetivos, em relação 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Adequação da infra-estrutura (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ N.º de salas de aula; ▶ N.º de instalações administrativas;

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/DOCUMENTOS
<p>Natureza das atividades: <u>atividades finalísticas</u></p>	<p>visível entre meios e fins e desenvolvimento de práticas pedagógicas e científicas inovadoras;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Política de atualização e reposição de equipamentos, de manutenção e atualização do acervo das bibliotecas, atendendo exigências de qualidade acadêmica e necessidades de professores e estudantes; ▶ Preocupação com o conforto das instalações, com segurança no <i>campus</i>, com o bem estar da comunidade acadêmica, incluindo condições de acesso e permanência dos portadores de necessidades especiais. 	<p>de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins; ▶ Utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ N.º e condições das salas de docentes; ▶ N.º e condições das salas de reuniões; ▶ N.º e condições dos gabinetes de trabalho; ▶ N.º e condições das salas de conferência e auditórios; ▶ N.º e condições das instalações sanitárias; ▶ Existência de áreas de convivência; ▶ Acessos para portadores de necessidades especiais; ▶ N.º de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo); ▶ N.º de Bibliotecas (central e setoriais); ▶ Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais; ▶ No. de livros, periódicos e títulos em geral; ▶ N.º e condições de laboratórios de informática; ▶ N.º. de equipamentos de informática e condições de uso e acesso pelos estudantes; ▶ N.º e condições de laboratórios específicos; ▶ Descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/ DOCUMENTOS
			ambiental; ▶ Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos de informática. ▶
8) Planejamento e Avaliação Natureza das atividades: <u>procedimentos organizativos e operacionais</u>	▶ Relação entre o Plano de Desenvolvimento, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e a auto-avaliação institucional, incluindo a definição de ações futuras com a participação da comunidade acadêmica; ▶ Desenvolvimento de metodologias participativas de auto-avaliação; de análise e reflexão sobre os resultados alcançados na avaliação.	▶ Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos; ▶ Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.	▶ Projeto Pedagógico Institucional; ▶ Projeto Pedagógico dos cursos; ▶ Relatórios parciais de auto-avaliação; ▶ Ações decorrentes das conclusões das avaliações já realizadas; ▶ Nº de eventos e seminários de difusão dos processos de auto-avaliação.
9) Políticas de Atendimento aos Estudantes Natureza das atividades: <u>procedimentos organizativos e operacionais</u>	▶ Impacto das políticas de seleção e acompanhamento de estudantes definidas nos objetivos institucionais sobre sua permanência e sucesso acadêmico; ▶ Estímulo à participação dos estudantes concretizada em posições de gestão acadêmica, de ação comunitária e de representação política; ▶ Existência de programas de educação continuada com base nas demandas da sociedade e dos egressos, incluindo a manutenção de serviços e programas que visem o apoio às necessidades dos	Estudantes ▶ Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social; ▶ Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil; ▶ Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de	▶ Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos; ▶ Dados sobre a ocupação dos egressos; ▶ Evidências de atividades de formação continuada para os egressos; ▶ Nº de Candidatos; ▶ Nº de Ingressantes; ▶ Nº de Estudantes matriculados por curso; ▶ Nº de Estudantes com bolsas;

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/ DOCUMENTOS
	estudantes atuais.	<p>conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada. <p style="text-align: center;">Egressos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Inserção profissional dos egressos; ▶ Participação dos egressos na vida da Instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Nº médio de estudantes por turma; ▶ Nº de bolsas e estímulos concedidos; ▶ Nº de intercâmbios realizados; ▶ Nº de eventos realizados; ▶ Nº de participações em eventos; ▶ Nº de trabalhos de estudantes publicados; ▶ Taxa de Sucesso na Graduação (TSG); ▶ Grau de Participação Estudantil (GPE); ▶ Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG); ▶ Tempo médio de conclusão do curso; ▶ Aluno tempo integral/professor; ▶ Aluno tempo integral/pessoal técnico-administrativo equivalente.
<p>10) Sustentabilidade Financeira</p> <p>Natureza das atividades: <u>procedimentos organizativos e operacionais</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Relação compatível entre a quantidade e o tipo de cursos e atividades oferecidas e os recursos necessários para viabilizá-los, assegurando o padrão de qualidade proposto no Plano de Desenvolvimento; ▶ Congruência entre planos de 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos; ▶ Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Custo corrente/aluno equivalente; ▶ Aluno tempo integral/técnico-administrativo; ▶ Planilha de contratação de pessoal docente; ▶ Planilha de contratação de pessoal técnico-administrativo;

DIMENSÕES	ELEMENTOS CENTRAIS	NÚCLEO BÁSICO	INDICADORES/DADOS/ DOCUMENTOS
	<p>desenvolvimento de pessoal, incluindo obrigações trabalhistas, atualização de infra-estrutura e apoio e às condições para implementá-los;</p> <p>▶ Controle demonstrativo das despesas efetivas em relação às despesas correntes, de custeio, de pessoal e investimentos, e cumprimento das obrigações legais.</p>		<ul style="list-style-type: none"> ▶ Planilha financeira que compõe o PDI; ▶ Tabela de cursos oferecidos (graduação, pós-graduação, seqüenciais e a distância) pela IES; ▶ Folhas de pagamento dos docentes e dos técnico-administrativos (últimos 6 meses); ▶ Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos; ▶ Planilha de liberação de verbas para auxílio de custo para participação em eventos pelos discentes; ▶ Planilha de gastos com multas (trabalhistas e outras); ▶ Relação orçamento/gastos (semestral e anual); ▶ Relação ingressantes/concluintes; ▶ Relação docentes em capacitação/docentes capacitados (em nível de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado); ▶ Relação dos técnicos-administrativos em capacitação/capacitados (em nível de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado).

